

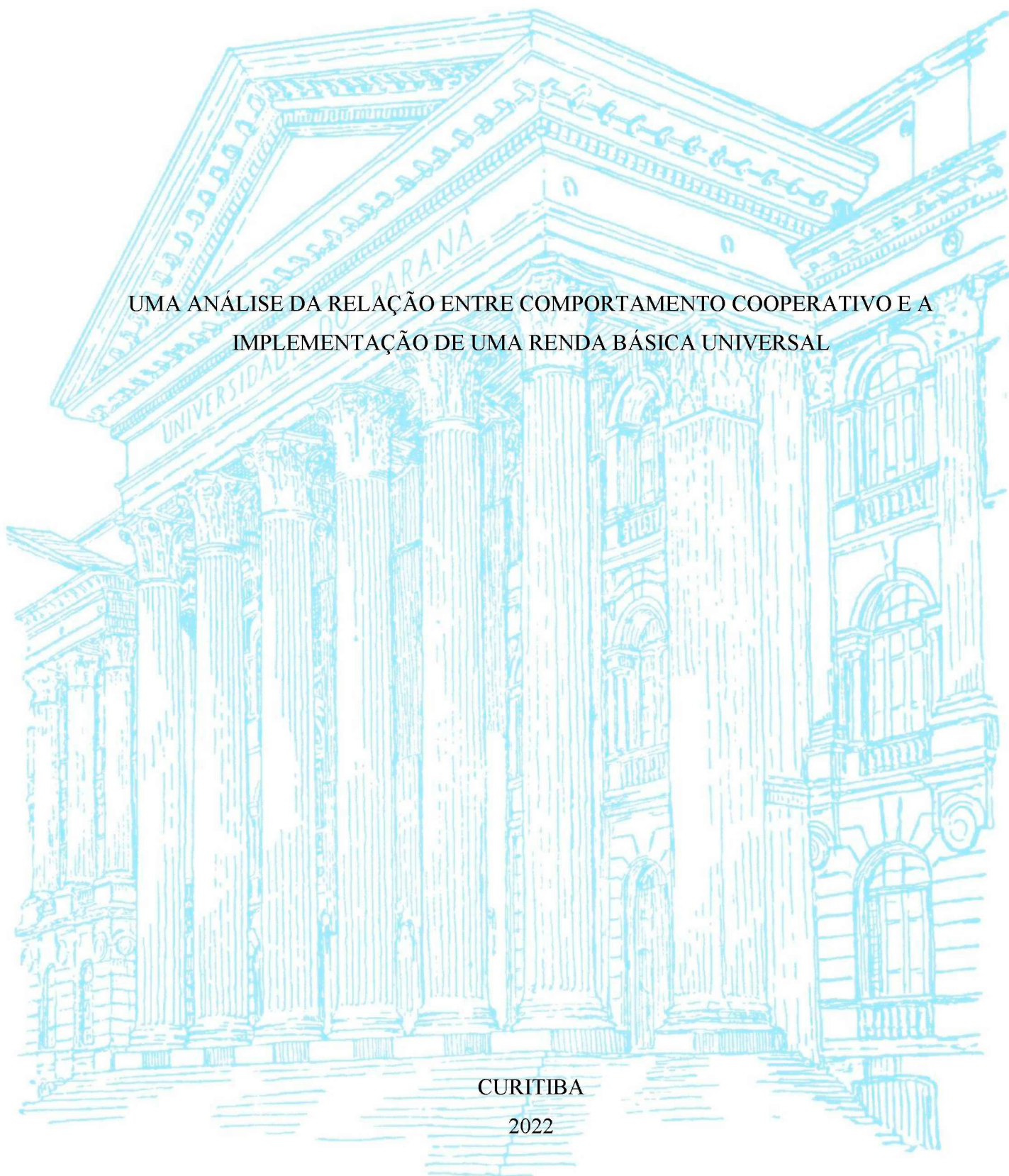
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSANA TODT

UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE COMPORTAMENTO COOPERATIVO E A
IMPLEMENTAÇÃO DE UMA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

CURITIBA

2022



ROSANA TODT

UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE COMPORTAMENTO COOPERATIVO E A
IMPLEMENTAÇÃO DE UMA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Adriana Sbicca Fernandes

CURITIBA

2022

ROSANA TODT

UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE COMPORTAMENTO COOPERATIVO E A
IMPLEMENTAÇÃO DE UMA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelem Economia.

Prof (a). Dr (a)/Msc. _____

Orientador (a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof (a). Dr (a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof (a). Dr (a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Curitiba, __ de _____ de 202__.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar esse agradecimento deixando de reverenciar meus pais, Idemar e Rosicler, por toda ajuda, incentivo e força durante essa jornada acadêmica, visando sempre me proporcionar as melhores oportunidades para crescer como indivíduo e como profissional. Sem vocês, não teria conseguido.

Agradeço aos meus amigos, que estiveram ao meu lado ao longo do curso, onde passamos juntos dificuldades e compartilhamos alegrias, tornando memorável essa experiência de vida.

E finalmente, agradeço a minha orientadora, professora Dra. Adriana Sbicca, por aceitar embarcar nesta jornada comigo, sempre me apoiando e motivando, além de demonstrar uma grande dedicação e amor pelo trabalho que desenvolve. Te admiro muito professora, e espero que continue sendo essa grande profissional e pessoa.

A maioria das pessoas não quer realmente a liberdade, pois liberdade envolve responsabilidade, e a maioria das pessoas tem medo de responsabilidade.
- Sigmund Freud

A responsabilidade de todos é o único caminho para a sobrevivência humana.
- Dalai Lama

RESUMO

Em momentos de crise, como vivenciado nos últimos anos pela pandemia do COVID-19, as fragilidades dos sistemas de segurança social se mostram mais evidentes nas sociedades, e a necessidade de tomar medidas mais eficazes, como a inserção de uma renda básica universal (RBU) para combater tamanhas desigualdades, torna-se essencial para amparar os indivíduos, especialmente aqueles marginalizados. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre comportamento cooperativo e a implementação de uma RBU, em ambientes com classes sociais desiguais. O trabalho sustenta existir uma relação intrínseca entre a adoção de políticas de RBU e posturas cooperativas e solidárias. Quanto à viabilidade de se adotar essa política, a revisão bibliográfica apresentada sugere dois aspectos principais para discussão. Primeiro, embora a economia costume tratar o agente econômico como auto interessado, o que poderia impossibilitar a RBU, há desenvolvimentos mais recentes, notadamente da economia comportamental, que sustentam que o agente econômico não é exclusivamente egoísta e em grande parte, apresenta tendências cooperativas. Segundo um aspecto central na discussão corrente é o financiamento de políticas de transferência de renda, inclusive a RBU, o que realça a importância de se debater o requerimento de posturas mais cooperativas devido à necessidade de mudar a alocação de recursos para a implementação e sustentação da política. Assim, serão apresentados três estudos de caso onde a discussão de aderência do programa foi estudada (caso de Letônia e Brasil), e executada (caso de Manitoba, Canadá). Foi possível observar que mesmo não apresentando grandes impactos no aspecto econômico dos países nesses experimentos (por exemplo no PIB, no qual, apenas em uma simulação nas análises de estudos de caso, se mostrou positivamente afetado), houve grandes benefícios constatados em panoramas sociais, como saúde, educação e emprego. Assim, foi possível concluir que há uma necessidade de disposição cooperativa, para que esse tipo de programa social possa ser efetivado em uma sociedade.

Palavras-chave: Cooperação, Desenvolvimento Socioeconômico, Renda Básica Universal.

ABSTRACT

In times of crisis, as experienced in recent years by the COVID-19 pandemic, the weaknesses of social security systems are more evident in societies, and the need to take more effective measures, such as the insertion of a universal basic income (UBI) to combat such inequalities, it becomes essential to support individuals, especially those who are marginalized. The objective of this work is to analyze the relationship between cooperative behavior and the implementation of an UBI, in environments with unequal social classes. The work maintains that there is an intrinsic relationship between the adoption of UBI policies and cooperative and solidary postures. As for the feasibility of adopting this policy, the literature review presented suggests two main aspects for discussion. First, although economics usually treats the economic agent as self-interested, which could make UBI impossible, there are more recent developments, notably in behavioral economics, which maintain that the economic agent is not exclusively selfish and largely displays cooperative tendencies. Second, a central aspect in the current discussion is the financing of income transfer policies, including the UBI, which highlights the importance of debating the requirement of more cooperative postures due to the need to change the allocation of resources for the implementation and support of politics. Thus, three case studies will be presented where the discussion of program adherence was studied (the case of Latvia and Brazil), and carried out (the case of Manitoba, Canada). It was possible to observe that even though here were no major impacts on the economic aspect of the countries in these experiments (for example on GDP, in which, only in a simulation in the analysis of case studies, it was positively affected), there were great benefits observed in social scenarios, such as health, education and employment. Thus, it was possible to conclude that there is a need for a cooperative disposition, so that this type of social program can be carried out in a society.

Keywords: Cooperation, Socioeconomic Development, Universal Basic Income.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

RBU	- Renda Básica Universal
PBF	- Programa Bolsa Família
PIB	- Produto Interno Bruto
MINCOME	- <i>Manitoba Basic Annual Income Experiment</i>
RAG	- Renda Anual Garantida
PGRM	- Programa de Garantia de Renda Mínima
IRN	- Imposto de Renda Negativo
RBC	- Renda Básica do Cidadão
PEC	- Proposta de Ementa Constitucional
STF	- Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	EVIDÊNCIAS DE COOPERAÇÃO NAS DECISÕES ECONÔMICAS.....	13
3	COMPORTAMENTO COOPERATIVO E AUTOINTERESSADO NA EVOLUÇÃO HUMANA	16
3.1	TEORIAS DA EVOLUÇÃO DO COMPORTAMENTO COOPERATIVO	16
3.2	PROCESSOS DE SELEÇÃO E COOPERAÇÃO	18
3.3	COOPERAÇÃO E EGOÍSMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	19
4	O QUE É RENDA BÁSICA UNIVERSAL	23
4.1	ANÁLISE CRÍTICA	24
5	ALGUNS ESTUDOS DE CASO	27
5.1	ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO NA LETÔNIA	Err
	o! Indicador não definido.27	
5.2	EXPERIMENTO REALIZADO EM MANITOBA, CANADÁ	30
5.3	PROPOSTA BRASILEIRA	33
5.3.1	Programa de Garantia de Renda Mínima de 1991	34
5.3.2	Programa de Garantia de Renda Mínima de 2001	36
5.3.3	Caso de Maricá	36
6	ANÁLISE DA RENDA BÁSICA A PARTIR DO DEBATE TEÓRICO E DOS ESTUDOS DE CASO.....	39
	REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

É possível observar a importância de compreender o comportamento humano, a fim de assimilar as tomadas de decisões que os indivíduos acometem ao longo da vida. Mesmo na definição de economia mais tradicional, dada por L. CH. Robbins¹ (1935, p.15 apud POLOWCYK, 2021) essa relevância é salientada. Segundo o autor, “Economia é uma ciência que estuda o comportamento humano entre fins e meios escassos, que possuem usos alternativos”.

O economista Herbert Gintis, propôs uma estrutura teórica evolucionária, para que a ciência comportamental fosse integrada. Segundo o autor, a ciência comportamental inclui as ciências econômicas, a biologia, a antropologia, a sociologia, a psicologia, as ciências políticas juntamente com suas subdisciplinas, incluindo neurociências, arqueologia ou paleontologia (H. GINTIS², 2007 apud POLOWCYK, 2021).

A economia faz parte de uma evolução social, mas também pode ser afetada pela evolução física e biológica. Uma economia consiste “em atividades e instituições que são organizadas primeiramente através de troca, e da produção e consumo de artefatos humanos, que entram em um tipo de sistema contábil e são avaliados por uma medida de valor, geralmente o dinheiro” (BOULDING³, 1991 apud POLOWCYK, 2021).

Ao considerar que os recursos são limitados, as ações dos indivíduos não podem ser analisadas isoladamente, deve-se também ponderar as ações dos demais agentes. As conquistas alcançadas pela civilização ocorreram através da cooperação de diversos membros da sociedade, segundo alguns pesquisadores e economistas como Darwin⁴ (1871 apud ROWTHORN, GUZMÁN e RODRÍGUEZ SICKERT, 2009) e Gide⁵ (1914 apud TOMASZEWSKI, 2021). Estudos em torno do assunto apresentam a grande importância de fatores psicológicos no desenvolvimento das relações de cooperação (CAMERER⁶, 1985 apud POLOWCYK, 2021).

Outro ponto crucial para levar em consideração, é o aspecto atual da sociedade contemporânea. A grande distinção entre as classes sociais e a alta concentração de renda em

¹ROBBINS, L. C. **An essay on the nature and significance of economic science**. London: Macmillan. 1935.

²GINTIS, H. **A framework for the unification of the behavioral sciences**. Behavioral and Brain Sciences, 30(1), 1-61. 2007.

³BOULDING, K. E. **What is evolutionary economics?** Journal of Evolutionary Economics, 1(1), 9-17. 1991.

⁴DARWIN, C. D. **The Descent of Man**. Princeton: Princeton University Press. 1871.

⁵GIDE, C. **Zasady Ekonomii Społecznej**. Gebethneri Wolff. 1914.

⁶CAMERER, C. F. **Redirecting research in business policy and strategy**. Strategic Management Journal, 6(1), 1-15. 1985

grupos selecionados, tem exposto o grande abismo socioeconômico que aflige os indivíduos mais pobres. É importante pleitear debates para que o problema da pobreza seja combatido com políticas públicas. Um exemplo de programa que se propõe a tratar desse assunto, é a Renda Básica Universal.

Esta monografia desenvolve uma reflexão sobre a Renda Básica Universal relacionando-a ao comportamento humano e à cooperação. Primeiramente, faz-se necessário, compreender o significado de Renda Básica Universal (RBU). Segundo o *Stanford Basic Income Lab* (2019), a Renda Básica Universal consiste em um subsídio em dinheiro periódico a todos os cidadãos, sem pré-requisitos, para lhes proporcionar um padrão de vida acima da linha de pobreza.

O conceito de RBU possui diferentes formas ao ser aplicado em diferentes contextos geográficos e históricos. Entretanto, a proposta fundamental consiste em cinco características essenciais (BASIC INCOME EARTH NETWORK, 2019): i) ela é periódica, paga em intervalos regulares de tempo; ii) o pagamento é feito necessariamente em dinheiro, possibilitando assim, os receptores decidirem no que irão gastá-lo; iii) é pago de forma individual; iv) é universal, pago a todos os indivíduos sem nenhuma distinção; v) é incondicional, pois é paga sem que seja necessário estar empregado, ou demonstrando interesse em trabalhar.

De forma sucinta, esse subsídio social permite que os cidadãos recebam certa quantia, independentemente de seu status social, trabalhista, ou sua renda.

A maior parte das pesquisas focadas em projetos pilotos de implementação da Renda Básica Universal foram realizadas em países avançados e em desenvolvimento. As considerações normativas e práticas tornam a RBU mais fácil de defender como uma ferramenta de alívio da pobreza nos países em desenvolvimento, e nos países avançados, como uma forma de alcançar a justiça social (GHATAK E MANIQUET, 2019).

Um ponto muito importante para levar em consideração, como já mencionado anteriormente, é relacionado ao processo evolutivo humano e econômico, é ponderar a limitação da racionalidade humana, enfatizado por economistas evolucionários. Em geral, os agentes econômicos são capazes de decidir o que, como e quando irão fazer qualquer atividade ou tomar uma decisão, além de possuir a capacidade de aprender não somente baseando-se em suas próprias experiências, mas também por informações disponíveis (POLOWCYK, 2021).

Além disso, a economia tradicional sustenta o indivíduo como auto interessado e racional, motivado unicamente a aumentar sua utilidade e levá-la ao nível ótimo. Entretanto,

estudos realizados em experimentos laboratoriais, ajudam a compreender que o comportamento humano, nem sempre se porta de maneira auto interessada. Os jogos experimentais utilizados para medir preferências sociais apresentaram uma descoberta recorrente, que na maioria das vezes, o jogador tende a comportar-se de modo altruísta, tendo preferência por decisões justas e sentimento de aversão a desigualdades (LEVI e LIST, 2007).

O objetivo dessa monografia é analisar em que medida o comportamento cooperativo é um requisito para a implementação da Renda Básica Universal considerando sua implementação em ambientes onde diversas classes sociais e com variadas condições de vida e objetivos coexistem, além disso, analisar os possíveis impactos socioeconômicos proporcionados através da aplicação dessa política social.

Esse estudo será dividido em nove seções. Após esta introdução, a segunda seção tratará das evidências de cooperação nas decisões econômicas; a terceira seção será sobre o comportamento cooperativo e auto interessado na evolução humana, assim como as subseções das teorias da evolução do comportamento evolutivo, a evolução humana da cooperação e a cooperação e egoísmo no desenvolvimento econômico. A quarta seção apresentará a teoria política da Renda Básica Universal, além dos impactos que a implementação desse programa pode proporcionar segundo diversos autores. A seção cinco, será dividida em três subseções que apresentarão três estudos de caso na Letônia, Canadá e Brasil e suas principais análises e conclusões. A seção seis tratará da análise da renda básica universal, a partir dos debates teóricos a respeito do comportamento cooperativo e da RBU, além dos resultados dos estudos de caso.

2. EVIDÊNCIAS DE COOPERAÇÃO NAS DECISÕES ECONÔMICAS

Diversos estudiosos economistas estão considerando modelos experimentais para compreender o comportamento humano, especialmente em relação à tomada de decisões. Através da influência que o pesquisador pode aplicar em um conjunto de informações e ações disponíveis para os agentes, os experimentos laboratoriais proporcionam investigar e medir o impacto de fatores no comportamento do indivíduo (LEVI e LIST, 2007).

De acordo com Levi e List (2007), após décadas de pesquisas na área da psicologia e descobertas recentes em economia comportamental, foi possível observar a influência de fatores não só monetários, no comportamento dos indivíduos em experimentos de laboratórios. Podem ser citados pelo menos cinco outros fatores que afetam o comportamento:

1. Existência de considerações morais e éticas;
2. Exame minucioso da ação individual por outros indivíduos;
3. Em qual situação a decisão se encontra;
4. Auto seleção dos indivíduos que são tomadores de decisões.
5. Um trade off entre moralidade e riqueza, no qual, as preocupações relacionadas a questões financeiras, ganham mais destaque à medida que as apostas aumentam.

Diversos economistas, desde Adam Smith, acentuaram que na função utilidade, não há apenas a presença do fator ‘riqueza’, mas também, por exemplo, de ações moralistas. Neste sentido, opções de escolha que o indivíduo pode avaliar como imoral, antissocial ou em desacordo com sua própria identidade (AKERLOF, 2000⁷; KRANTON⁸, 2005 apud LEVI e LIST, 2007) podem demandar grandes custos no momento da tomada de decisão (GAZZANINGA⁹, 2005 apud LEVI e LIST, 2007) e, como consequência, o indivíduo pode evitá-las.

Levi e List (2007) determinaram três fatores que são determinantes morais. O primeiro considera a externalidade financeira. Quanto maior impacto negativo de uma decisão sobre outras, mais desfavorável é o retorno moral. O segundo fator consiste em um conjunto de normas ou regras legais que determinam a conduta de uma sociedade. E o terceiro aspecto,

⁷AKERLOF.G. A.; KRANTON R. E. **Economics and Identity**. Quarterly Journal of Economics, August, 115(3): 715–53. 2000.

⁸AKERLOF.G. A.; KRANTON R. E. **Identity and the Economics of Organizations**. Journal of Economic Perspectives, Winter,19(1): 9–32. 2005

⁹GAZZANINGA, M. S. **The Ethical Brain**. Dana Press. 2005

corresponde à percepção de outras pessoas das ações do indivíduo. A preocupação moral prevalece dada a extensão e a natureza da execução dessas ações.

Existem experimentos que procuram identificar preferências sociais, ou seja, ampliam as variáveis determinantes do comportamento humano. Os experimentos projetados para medir preferências sociais são utilizados para argumentar que as preferências pró-sociais são importantes para afeiçoar as configurações do mundo real (FEHR e GAECHTER¹⁰, 2000; CAMERER e FEHR¹¹, 2004 apud LEVI e LIST, 2007).

Há quatro exemplos de jogos, no qual o comportamento cooperativo, altruísta, a reciprocidade positiva e aversão a desigualdades, além da punição de ofertas injustas são encontrados como resultados da preferência social.

O primeiro analisado é o Jogo do Ultimato, onde duas pessoas negociam uma quantia fixa. Na primeira etapa, o proponente oferece uma divisão do dinheiro, e na segunda etapa, o respondente decide se aceita ou recusa a oferta. Caso aceite, ambos recebem a quantia acordada. Se rejeitado, ninguém recebe nada. Seria esperado que indivíduos auto interessados sempre aceitassem a divisão do proponente já que qualquer quantia maior que zero é melhor do que nada. No entanto, a maior parte das ofertas varia entre 25 – 50% do valor fixo. A principal interpretação da preferência social na decisão de ambos os indivíduos, é a justiça e a punição de ofertas consideradas injustas. Neste jogo, observa-se o comportamento aversivo a desigualdades, mencionado anteriormente, como predominante relacionado ao comportamento de preferências dos jogadores.

O segundo jogo é chamado de Jogo do Ditador. É considerado uma variante do jogo do Ultimato, onde a única decisão é tomada pelo proponente, tornando a divisão proposta efetiva. A preferência social varia em comportamentos altruístas e preferências justas, no qual, o comportamento mais frequente observado entre os jogadores, é dividir de forma justa (aproximadamente 50%) entre os membros participantes.

O terceiro jogo é chamado de Jogo da Confiança, no qual o primeiro jogador decide quanto dinheiro irá passar ao segundo. Esse dinheiro transferido será aumentado pelo fator $f > 1$, assim, o jogador dois, irá decidir quanto de dinheiro ele irá devolver ao primeiro jogador. A resposta média das decisões dos jogadores é de aproximadamente 50% de transferência da

¹⁰FEHR, ERNST, AND SIMON GAECHTER. **Fairness and Retaliation: The Economics of Reciprocity.** Journal of Economic Perspectives, 14(3):159–81. 2000.

¹¹CAMERER, COLIN F., AND ERNST FEHR. **Measuring Social Norms and Preferences Using Experimental Games: A Guide for Social Scientists.** In Foundations of Human Sociality: Economic Experiments and Ethnographic Evidence from Fifteen Small-Scale Societies, ds. Joseph Henrich et al.,55–95. Oxford: Oxford University Press. 2004.

dotação pelo jogador um, e o reembolso proporcionado pelo segundo jogador, varia em aproximadamente 50% da transferência. Assim, a interpretação da preferência social a partir da decisão dos agentes no jogo representa confiabilidade e reciprocidade positiva.

O quarto e último exemplo de jogos experimentais é o Jogo de Bens Públicos. Ele consiste em n membros do grupo que decidem simultaneamente quanto investir. A soma investida é multiplicada por um fator maior que 1 e este montante é dividido por todos, investidores ou não. A decisão auto interessada é não contribuir e se beneficiar da divisão. No entanto, as decisões típicas notadas no processo de decisão do jogo variam em aproximadamente 50% de contribuição da renda para o bem público, em jogos únicos. As preferências sociais analisadas foram o comportamento altruísta, as preferências por justiça e a reciprocidade condicional.

É possível concluir, que através dos comportamentos analisados e descobertos após a interação nos jogos experimentais, que não é possível assumir que o ser humano é um agente somente auto interessado, onde seu objetivo é apenas maximizar a sua própria utilidade sem levar em consideração a utilidade alheia. Ao assumir essa concepção egoísta, corre-se o risco de simplificar de forma equivocada as motivações pelas quais o indivíduo toma suas decisões.

3. COMPORTAMENTO COOPERATIVO E AUTOINTERESSADO NA EVOLUÇÃO HUMANA

Não há uma única abordagem que trata da origem da característica cooperativa do ser humano. A seguir trataremos de algumas delas.

De acordo com Polowcyk (2021), através da evolução, os seres humanos foram capazes de concentrar naturalmente a cooperação e focar na obtenção dos efeitos do jogo de soma positiva. Cooperações condicionadas dão um resultado muito melhor que ações puramente egoístas ou altruístas.

Rowthorn, Guzmán e Rodríguez Sickert(2009) sustentam que os seres humanos estão propensos a se sacrificar por pessoas que possuem nenhum grau de parentesco, e ainda assim, não esperam uma forma de retribuição do favor pelo beneficiário. A cooperação interpessoal é extremamente necessária para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Entretanto, para que se concretize, é influenciada de diversas formas, incluindo pelo comportamento de interesse próprio de seus participantes.

Assim, a cooperação e o comportamento egoísta estão intrinsecamente ligados e influenciam a vida em comunidade desde o princípio. O objetivo da cooperação foi sempre ligado a sobrevivência da espécie, assim como, o egoísmo, resulta do instinto de autopreservação, além de questões de sobrevivência perante os demais indivíduos (TOMASZEWSKI, 2021). Faz-se necessário compreender melhor a cooperação humana, um fenômeno muito difícil de entender como se desenvolve na sociedade, sua evolução no campo social e influências egoístas no desenvolvimento econômico ao longo dos anos.

3.1 TEORIAS DA EVOLUÇÃO DO COMPORTAMENTO COOPERATIVO

A cooperação espontânea (*gratuitous cooperation*) é um fenômeno que escapa das explicações evolutivas tradicionais. Ela é identificada em ações em que o indivíduo está propenso a se sacrificar por outro indivíduo, mesmo que não compartilhem laços, e que possivelmente, não será retribuído pelo favor. Há também outra forma de cooperação, chamada de cooperação não espontânea, muito associada a ambições egoístas e atividades auto interessadas por parte de um determinado grupo ou indivíduo (ROWTHORN, GUZMÁN e RODRÍGUEZ SICKERT, 2009), mas ainda chamada de cooperação e não egoísmo.

O primeiro fenômeno (cooperação espontânea) é relacionado a três possíveis explicações da evolução da cooperação: seleção de grupo, punição altruísta e conformismo.

A primeira explicação – seleção de grupo – já podia ser observada pelos escritos e percepções de Charles Darwin. De acordo com o biólogo, as tribos competem entre si por sobrevivência, e os grupos formados por indivíduos cooperativos levam ao desaparecimento dos grupos formados por egoístas (DARWIN¹² 1871, p. 166 apud ROWTHORN, GUZMÁN e RODRÍGUEZ SICKERT, 2009).

Através do comportamento dos nossos ancestrais, é possível classificar algumas de suas ações como cooperação espontânea, pois arriscavam suas vidas ao buscarem o provimento alimentar, em prol do grupo.

A segunda explicação desenvolvida por Fehr e Gächter¹³ (2002 apud ROWTHORN, GUZMÁN e RODRÍGUEZ SICKERT, 2009), consiste em classificar a cooperação espontânea através de punidores altruístas. Esses “justiceiros” sacrificam-se ao proteger a sociedade da ação e expansão de *free riders* (indivíduos que usufruem de um determinado benefício sem que tenham feito uma contribuição para tal). Os punidores possuem uma desvantagem maior de forma individual, em relação às pessoas que cooperam sem punir.

Boyd, Richerson, Bowles e Gintis¹⁴ (2003 apud ROWTHORN, GUZMÁN e RODRÍGUEZ SICKERT, 2009), desenvolveram um modelo que junta esses dois conceitos (seleção de grupo e punidores altruístas), para uma possível explicação de como o comportamento cooperativo se faz presente em grupos maiores, como bandos e tribos.

A terceira via para explicar o advento da cooperação espontânea, é através do conformismo. Na maior parte do tempo, os indivíduos se limitam a repetir as ações praticadas pela maioria. Segundo Dawkins¹⁵ (1976 apud ROWTHORN, GUZMÁN e RODRÍGUEZ SICKERT, 2009), grande parte do acervo relacionado ao comportamento humano, é transmitido por ideias chamadas de *memes* – explicadas por elementos de cultura ou sistemas de comportamentos que podem ser passados de um indivíduo a outro, não de forma genética, porém, através da imitação, por exemplo.

O conformista economiza os custos da pesquisa, tirando vantagem do conhecimento acumulativo da sociedade (FELDMAN¹⁶ ET AL. 1996; HENRICH E BOYL¹⁷, 1998 apud

¹²DARWIN, C. D. *The Descent of Man*. Princeton: Princeton University Press. 1871.

¹³FEHR, E. AND S. GÄCHTER. 2002. **Altruistic punishment in humans**. *Nature* 415 (6868): 137–140. 2002.

¹⁴BOYD, R., H. GINTIS, S. BOWLES, P.J. RICHERSON. **The evolution of altruistic punishment**. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 100 (6): 3531–3535. 2003.

¹⁵DAWKINS, R. *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press. 1976.

¹⁶FELDMAN, M., K. AOKI AND J. KUMM. **Individual versus social learning: Evolutionary analysis**

ROWTHORN, GUZMÁN e RODRÍGUEZ SICKERT, 2009). Essas três tentativas de explicar o surgimento do comportamento cooperativo não são suficientes e há debates em torno dos processos envolvidos.

3.2 PROCESSOS DE SELEÇÃO E COOPERAÇÃO

Apicella e Silk (2019) introduzem a ideia de processo seletivo na análise da cooperação. Segundo eles, a evolução da cooperação humana é um dilema que foi simplificado por William D. Hamilton, que explicou que a cooperação pode se desenvolver se os cooperadores direcionarem seletivamente os benefícios para outros cooperadores. Parentesco, seleção de grupo e comportamentos anteriores de parceiros sociais fornecem mecanismos para a seleção.

A compreensão da cooperação humana inicia-se no contexto do estilo de vida de caça e coleta e problemas adaptativos. Para que a espécie pudesse se perpetuar, a cooperação era fundamental. Esse estilo de vida compreende pequenos grupos, envolvendo diversos núcleos familiares. A comida é levada para a localização central e compartilhada entre os membros do bando, sendo esses, muitas vezes, geneticamente não relacionados. Há também divisão do trabalho por sexo, pois o retorno da caça é muito variável (APICELLA e SILK, 2019).

Segundo Apicella e Silk (2019), os altos níveis de cooperação se mostraram vantajosos para os ancestrais da raça humana. A espécie humana direciona a cooperação a uma ampla gama de outros humanos, incluindo parentes, parceiros recíprocos e até mesmo estranhos. A natureza da generosidade humana é revelada pelo comportamento em incentivar jogos econômicos. Os indivíduos dão para os outros, com os quais não possuem relação, e não esperam retribuição em troca.

Os comportamentos observados na cooperação humana não são facilmente relacionados com as teorias de parentesco e reciprocidade. De acordo com essas duas teorias semelhantes, a cooperação se dava em ambientes com pequenos e estáveis grupos, no qual, os indivíduos participantes eram intimamente relacionados, ocasionando assim, comportamentos cooperativos vigiados constantemente. Essas incompatibilidades, relacionadas a cooperação

in a fluctuating environment. *Anthropological Science* 104 (3): 209–231. 1996.

¹⁷HENRICH, J. AND R. BOYD. **The evolution of conformist transmission and between-group differences.** *Evolution and Human Behavior* 19 (4): 215–242. 1998.

vigilante, são frutos da psicologia humana, onde as condições são adaptadas pelo contexto ancestral de caça-coleta (APICELLA e SILK, 2019).

Atualmente, os indivíduos interagem em largos e grupos mais anônimos, e a seleção natural não teve tempo de modificar essa forma de pensar. Essa é a incompatibilidade encontrada: tratam-se os encontros como se fossem parentes ou parceiros recíprocos de longo prazo. Entretanto, pesquisas atuais sobre essa condição de vida mostram que o parentesco dentro de bandos de caçadores-coletores é baixo. Dessa forma, é compreendido que a cooperação se estende muito além dessas condições. (APICELLA e SILK, 2019)

As normas sociais tornam os integrantes mais semelhantes entre si, considerando que a sociedade é constituída de múltiplos grupos que possuem largos grupos etnolinguísticos e diversas variedades fenotípicas. As normas sociais ampliam a cooperação em grupos maiores.

Diversos níveis de cooperação podem ser associados à adesão de religiões e crenças em deuses e entidades punitivas e onisciências no qual a forma de comportamento entre os indivíduos importa. O mercado também é pensado para gerar altos níveis de cooperação (APICELLA e SILK, 2019).

3.3 COOPERAÇÃO E EGOÍSMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Não é apenas o comportamento cooperativo que faz parte da evolução humana e historiadores procuraram incorporar em suas análises também comportamentos auto interessados. De acordo com Gide¹⁸ (2014 apud TOMASZEWSKI, 2021), a cooperação e o egoísmo andam lado a lado no desenvolvimento da civilização humana e no avanço econômico. Na era paleolítica, a cooperação era instintiva para a sobrevivência dos clãs. Porém, foi nesse período que os primeiros comportamentos egoístas começaram a surgir, juntamente com o aumento da população. O advento da família imediata como unidade social básica e o distanciamento das relações com parentes distantes fez com que o ser humano priorizasse o seu núcleo familiar.

Na revolução Neolítica, o estilo sedentário de vida manifestado pela agricultura, as famílias se dividiam em diversos aglomerados de grupos, regidos separadamente, porém mantinham contato entre si para proteger-se contra ameaças desconhecidas. A cooperação,

¹⁸GIDE, C. *ZasadyEkonomiiSpolecznej*. Gebethneri Wolff. 1914.

nesse momento, ocorria em dois níveis: entre unidades dentro do grupo e entre grupos dentro da tribo (TOMASZEWSKI, 2021).

Com o passar dos anos, a especialização começou a se aprofundar e a produtividade do trabalho aumentou. Com ascensão da Aristocracia, a divisão de trabalho foi estipulada pelos indivíduos que possuíam terra e gado. Estes proviam de guerreiros e sacerdotes para assegurar a ordem social. Dessa forma, as aspirações egoístas da aristocracia levaram a criação de uma ditadura (TOMASZEWSKI, 2021).

O grande aumento da população exigiu um aumento na demanda por trabalho na produção de alimentos. Assim, uma nova forma de cooperação surgiu, mas desta vez de forma forçada e não mais de natureza intuitiva (GIDE¹⁹, 1914 apud TOMASZEWSKI, 2021). A escravidão foi a primeira forma inovadora de cooperação não espontânea na história da humanidade. O símbolo do desenvolvimento extensivo da economia naquele tempo era o latifúndio, no qual, milhares de escravos trabalhavam em condições inumanas (TOMASZEWSKI, 2021).

Visando acabar com os problemas relacionados às condições do latifúndio, uma nova forma de cooperação surgiu. O Colonialismo consistia em ex-escravos, que arrendavam pequenas quantias de terras dos grandes proprietários, a fim de administrá-las. Porém havia grande dependência em relação aos latifundiários, por conta dos pagamentos em grande escala. Essa foi a base do sistema chamado Feudalismo.

Já na idade média, as atividades econômicas de comércio e artesanato consistiam em um campo de cooperação entre as famílias. Nesta época, surgiram associações e guildas, com o propósito de garantir ajuda mútua. O operário não possuía conexões familiares ou sociais com as autoridades existentes nas guildas (EPSTEIN²⁰, 2008 apud TOMASZEWSKI, 2021).

O egoísmo do poder público na implementação de soluções inovadoras naquela época, teve grandes consequências. O comportamento oportunista do Estado visava proteger os interesses de determinado grupo social.

Com o surgimento da nova era de desenvolvimento da civilização, o Renascimento trouxe mudanças quando ocorreu a transição do sistema feudal para a ordem capitalista (STANKIEWICZ²¹, 2007 apud TOMASZEWSKI, 2021). A libertação do trabalho servil proporcionou a acumulação de capital e favoreceu o surgimento de pequenas e grandes

¹⁹GIDE, C. *Zasady Ekonomii Społecznej*. Gebethneri Wolff. 1914.

²⁰EPSTEIN, S. R. **Craft guilds in the pre-modern economy: A discussion**. *The Economic History Review*, 61(1), 155–174. 2008

²¹STANKIEWICZ, W. **History of economic thought**. PWE. 2007.

empresas. Esse foi o início da nova escola econômica, conhecida atualmente como Mercantilismo. Com a disseminação desse novo modelo de produção, várias políticas protecionistas foram implementadas.

O período conhecido como Idade Industrial pode ser dividida em três partes: Primeira, Segunda e Terceira Revolução Industrial.

Na Primeira Revolução Industrial, ocorreu a transição do sistema econômico voltado na agricultura para a economia baseada na indústria. A ascensão das fábricas máquinas a vapor, e demais mudanças tecnológicas, também provocaram alterações no relacionamento dos diferentes estratos sociais.

A aristocracia e a classe trabalhadora ficaram em lados opostos nessa luta. Os operários temiam que, com a industrialização e a introdução de maquinários nas fábricas, ficariam sem trabalho (ARGERSINGER & ARGERSINGER²², 1984; HOBBSAWN²³, 1952 apud TOMASZEWSKI, 2021). A após as grandes máquinas a vapor serem inseridas no processo de produção, a sociedade capitalista alavancou um desenvolvimento rápido e dinâmico de um novo modelo econômico, político e social. A exploração de classes típica do sistema capitalista, através de uma forma de organização de trabalho chamada cooperação simples (LEAL, V. A. S. et al., 2017). Para Romero,²⁴ (2005, apud LEAL, V. A. S. et al., 2017) a cooperação simples é muito mais antiga que o capitalismo e suas respectivas classes. Antes mesmo de existir burguesia, os seres humanos já exploravam uns aos outros pela cooperação simples. Entretanto, essa exploração apresentava características diferentes à forma de exploração burguesa. Segundo o autor, a cooperação simples em outras épocas era baseada no trabalho forçado. Já a forma burguesa, o trabalhador acredita ser livre para escolher trabalhar, ainda que constrangido a isso, graças a expropriação histórica dos seus meios de produção (ferramentas e terras) pela burguesia.

A Segunda Revolução Industrial foi marcada pelo rápido desenvolvimento da ciência, no qual, inúmeras invenções surgiram (BOTTOMLEY²⁵, 2019 apud TOMASZEWSKI, 2021). Esse período viu grandes desenvolvimentos tecnológicos nos campos de aço, produtos químicos, eletricidade e em vários outros campos. Na Segunda

²²ARGERSINGER, P., & ARGERSINGER, J. A. E. **The machine breakers: Farmworkers and social change in the Rural Midwest of the 1870s.** *Agricultural History*, 58(3), 393–410. 1984.

²³HOBBSAWM, E. **The machine breakers.** *Past and Present*, 1(1), 57–70. 1952.

²⁴ROMERO, D. **Marx e a Técnica: Um estudo dos manuscritos de 1861-1863.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

²⁵BOTTOMLEY, S. **The returns to invention during the British industrial revolution.** *The Economic History Review*, 72(2), 510–530. 2019.

Revolução Industrial, a eletricidade foi desenvolvida, na qual um entendimento completamente novo foi aplicado para quebrar as complicações econômicas. Durante esse período, houve um crescimento dos bancos. Os banqueiros se envolveram mais na venda de títulos para financiar investimentos fora da Europa. A estrutura bancária e o mercado monetário mudaram, ou seja, a provisão de financiamento comercial de curto prazo e transações interbancárias cresceu rapidamente a partir de seu pequeno início com os corretores de contas no início do século XIX (AGARWAL, H.,; AGARWAL, R., 2017).

Para a Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Técnico-Científica, a inovação na criação do computador e da *Internet*, marcou o início dessa nova era, no fim da Segunda Guerra Mundial. Além disso, o setor de serviços passou a dominar a economia (LUTEREK²⁶, 2004 apud TOMASZEWSKI, 2021).

É possível observar que ao longo da história humana, o indivíduo coopera como instinto de sobrevivência, porém suas decisões são tomadas também com base em seus próprios interesses e em quais alternativas os ganhos individuais podem ser maiores.

Para o economista Adam Smith (2011), a sociedade não pode existir sem a cooperação, pois esta é uma consequência da divisão do trabalho. Thomas Hobbes²⁷ (2010 apud TOMASZEWSKI, 2021) acreditava que o homem era uma besta, e sua natureza deveria ser domada por contratos sociais. Segundo o filósofo, a cooperação interpessoal é uma manifestação da subjugação da verdadeira natureza humana, enquanto o oportunismo e o egoísmo é o episódio no qual o homem mostra sua verdadeira face.

²⁶LUTEREK, M. **Zmiany w strukturzespolecznejmodelu _zyciajednostki: od spoleczno_sciopartychnalowiectwieizbieractwie do spolecze_nstwainformacyjnego**, w: *Spolecze_nstwoinformacyjnejegotechnologie*, red. B. Sosi_nska-Kalata, M. Majerska, W. Gli_nski. WydawnictwoSBP. 2004.

²⁷HOBBS, T. **Leviathan or the matter, form and power of a common wealth ecclesiastical land civil**. Yale University Press. 2010.

4. O QUE É RENDA BÁSICA UNIVERSAL

A Renda Básica Universal (RBU) é uma política de subsídio mensal em dinheiro, concedido a todos os membros de uma comunidade sem considerar renda, classe social, emprego e demais embargos para participar do programa (BIDADANURE, 2019). Sua proposta tem por objetivo proporcionar um “alívio” financeiro em níveis suficientes para suprir possíveis inseguranças e promover uma vida mais digna ao indivíduo.

A proposta da RBU consiste em não fazer distinção entre aqueles que são realmente merecedores da assistência proporcionada pelo programa, daqueles que são considerados desmerecedores (indivíduos de alta renda, por exemplo) de tal apoio.

Essa ideia centrada em prover benefícios a qualquer um apresenta grande embate com o pressuposto da importância da produtividade ética do trabalho protestante, que embasa a concepção de justiça, no qual, considera que essa ideia se baseia em um empreendimento cooperativo, centrado em ações benéficas e responsáveis. Sendo assim, a ideia de consentir e acatar indivíduos que podem permanecer em condição ociosa ou improdutiva é alvo de críticas (BIDADANURE, 2019).

A Renda Básica Universal é descrita por cinco características que apresentam uma única proposta. A característica individual, procura proteger os indivíduos vulneráveis dentro dos núcleos familiares, assim, aumentando a sua liberdade de escolhas associadas à renda básica recebida. O cunho incondicional centra-se nas noções de liberdade, escolha, dignidade e igualdade (BIDADANURE, 2019).

Segundo Thompson (2022), a RBU distingue-se das transferências condicionais de dinheiro, ao cogitar ser incondicional, se não verdadeiramente universal, tornando-se revolucionária, ao invés de reformista.

O atributo universal, um tanto acerbado, beneficia especificamente aos menos favorecidos. Um usufruidor de qualquer programa social é altamente estigmatizado (STUBER & SCHLESINGER²⁸, 2006 apud BIDADANURE, 2019). Ao tornar universal a RBU, desestigmatiza a assistência pública, tornando todos beneficiários, sem exceção e distinção.

²⁸STUBER J, SCHLESINGER M. Sources of stigma for means-tested government programs. *Soc. Sci. Med.* 63(4):933–45. 2006.

4.1 ANÁLISES CRÍTICA

A Renda Básica Universal pode ser comparada como um novo contrato social, operando em termos mais amplos. Ao difundir-la globalmente, a RBU pode combater os oito desafios do mundo contemporâneo: desigualdade e polarização; insegurança econômica; dívida do consumidor; estresse e doença mental; precariedade e aumento do subemprego; rupturas robóticas e automotivas; colapsos climáticos; catástrofes ecológicas e extinção e o crescente populismo e neofascismo observado em diversos países (THOMPSON, 2022)

A forma de financiar um programa social pode conter um leque de variedades. No caso da RBU, grande parte das propostas, apresenta como forma de financiamento diversas formas de taxação (WIDERQUIST²⁹ et al., 2005, WIDERQUIST³⁰, 2017 apud BIDADANURE, 2019).

Além do custeio destinado para a implementação do programa, o montante pago pelo benefício, varia de regime para outro. O conceito “básico” presente na definição de RBU, diz respeito ao fato de que a renda proveniente do trabalho complementa a renda básica. Assim, não há um valor fixo e uniforme para uma sociedade, ao implementar o programa.

Para Van Parijjs (2014), a noção de igualdade de recursos (externos) de Ronald Dworkin concede uma forma legítima de renda básica, e não arbitrária, no qual é determinado pelo valor *per capita* dos recursos externos (entende-se como quaisquer objetos externos utilizáveis no sentido vasto, como fábricas e tecnologias, por exemplo) da sociedade. O financiamento dessa política se daria ao tributar aqueles que usufruem e se apropriam desse tipo de recurso (VAN PARIJIS, 2014).

Van Parijjs (2014) expõe que, segundo Dworkin, a atribuição da igualdade de recursos depende do quão significativo o bem é, para a pessoa que o possui, seja por valorosidade ou pelo custo de oportunidade infringido a ele.

Segundo Bidadanure (2019), grande parte dos teóricos políticos observam a RBU como expansão e aprimoramento da rede de segurança fornecida pelo Estado. É um complemento referente à previsão necessária de bens que fazem parte do bem-estar social.

Um dos principais pontos a ser criticado por especialistas para a implementação da Renda Básica Universal, é em relação ao trabalho. Muitos acreditam que o indivíduo, ao

²⁹WIDERQUIST K, LEWIS M. A., STEVEN P. *The Ethics and Economics of the Basic Income Guarantee*. London/New York: Routledge. 2005.

³⁰WIDERQUIST K. **The cost of basic income: back-of-the-envelope calculations**. *Basic Income Stud.* 12(2). 2017.

receber uma renda garantida mensal, sem restrições, pode contribuir para que ocorra um não incentivo ao trabalho.

Entretanto, Bidadanure (2019) argumenta que além do potencial conflito com os valores de liberdade, autonomia e escolha que a visão pró-trabalho paternalista (segundo a qual qualquer trabalho é melhor que nenhum tipo de trabalho ou uma vida de esmolas, de acordo com LAYARD³¹, 2004 apud BIDADANURE, 2019) pode acarretar, é questionável que o emprego seja de fato, uma questão preferível em todos os cenários. Segundo a pesquisadora, muitos empregos, especialmente os disponíveis para as pessoas que necessitam do benefício, não proporcionam um bem-estar condizente com as necessidades de um indivíduo.

Pode haver um grande sentimento de injustiça ao conceder uma RBU a todos os indivíduos de uma sociedade. Van Parijis (2014) cita Jon Elster, no qual diz que a RBU, “carece completamente de potencial para estar (...) conectada a uma concepção de justiça. (...) Ela vai contra uma noção amplamente aceita de justiça: é injusto que pessoas fisicamente saudáveis vivam do trabalho de outras” (Elster, 1986, p.709 e 719).

Entretanto, ao supor que a riqueza foi distribuída de forma categoricamente igualitária, seria dubitável considerar empregados e desempregados (com o mesmo nível de qualificação), possuidores dos mesmos meios e condições da busca de uma vida boa, em suas próprias concepções (VAN PARIJS, 1991).

Van Parijis (2014) aponta também, que além disso, uma renda incondicional proporciona aos desprovidos, maior poder de barganha no contexto do trabalho e com o Estado, além de usufruir de uma maneira melhor dos poderes e prerrogativas, do que um programa de transferência que se submete a pré-requisitos e testes para aplicação.

Segundo Padre (2021), a Renda Básica Universal pode proporcionar, também, independência financeira dos indivíduos, possibilitando contribuir para uma maior liberdade na busca de um trabalho mais gratificante e digno ou dedicar-se aos estudos a fim de adaptar-se melhor as mudanças aferidas no mercado de trabalho (TAL³², 2020 apud PADRE, 2021).

Além disso, Padre (2021) e Bidadanure (2019), assim como Van Parijis (2014), argumentam que se o principal objetivo é promover vidas prósperas, é muito importante reconhecer que a RBU pode proporcionar melhores condições e oportunidades de trabalho,

³¹LAYARD R. *Good jobs and bad jobs*. Occas. Pap. 19, Cent. Econ. Perf., London School Econ. Political Sci., London, UK 2004.

³²TAL, D. Universal **Basic Income Cures Mass Unemployment**. Quantumrun, 14 set. 2020. Disponível em: <https://www.quantumrun.com/prediction/universal-basicincome-cures-mass-unemployment>. Acesso em: 11 nov. 2021.

podendo contribuir para melhorar e aumentar seu poder de negociação. Assim, contribui para que o trabalhador possa conquistar posições e cargos mais satisfatórios e produtivos, além de exigir melhores condições de trabalho como maiores vantagens, salários melhores e mais segurança no ambiente de trabalho.

A Renda Básica Universal tem por objetivo melhorar a condição de vida dos mais necessitados, contribuindo para que a demanda básica de uma condição digna para o indivíduo seja suprida. Assim, é errôneo pensar que a RBU pode tornar uma sociedade mais igualitária pelo simples fato que ela é universal – concedida a todos, sem exceção. Assim, não se pode considerá-la como uma forma de diminuir as desigualdades de forma direta.

Padre (2021) disserta sobre a contribuição da RBU para empoderar grupos sociais desamparados. O programa ajudaria e/ou evitaria que mulheres e crianças vivessem em situações de abusos domésticos (SMITH³³, 2020 apud PADRE, 2021). Além do mais, essa política daria mais valor à trabalhos não remunerados como voluntariado, trabalho doméstico e assistência domiciliar a enfermos e idosos.

Ao considerar programas de ajuda social e transferência de renda, utilizando como exemplo o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil, diversas evidências sustentam que o programa social contribuiu para reduzir os níveis de pobreza e desigualdades, além de proporcionar melhorias na nutrição e saúde da população, e melhorando a frequência e o insucesso escolar dos estudantes, sem reduzir a oferta de mão de obra (SOUZA et. al., 2019 apud LIMA E PERO, 2020). Além disso, Tavares (2010, apud LIMA E PERO, 2020) observa uma possível existência de um incentivo à oferta de trabalho das mães beneficiárias pelo PBF no mercado de trabalho (LIMA E PERO, 2020).

Padre (2021) discorre também, a respeito da saúde dos indivíduos mais necessitados. Segundo o autor, a RBU reduziria a pobreza e a desigualdade de renda, além de contribuir para a saúde física e mental dos mais pobres. O Professor de História da Saúde da Universidade de Strathclyde, Matthew Smith (2020, apud PADRE, 2021), salienta que pesquisas recentes revelam que o estresse da pobreza, pode causar uma inflamação no cérebro. Assim, ao implementar esse programa, a sociedade seria compreendida por indivíduos mais saudáveis e produtivos.

³³SMITH, M. **Universal Basic Income Could Improve the Nation's Mental Health**. The Conversation, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/universal-basic-income-could-improve-the-nationsmental-health-123816>. Acesso em: 11 nov. 2021.

5. ALGUNS ESTUDOS DE CASO

A literatura acadêmica apresenta alguns estudos a respeito da implementação da RBU. Eles enfatizam importantes desafios quanto ao critério utilizado para estabelecer os valores a receber e quanto à forma de financiamento do benefício.

5.1 ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO NA LETÔNIA

Um estudo aplicado por Ilza Judrupa e Andis Romanovs (2020), avalia a possibilidade de implementar uma RBU na Letônia, além de analisar os possíveis impactos no crescimento econômico.

Segundo as pesquisadoras, já existe um nível de Rendimento Mínimo Garantido (RMG) de 53 euros mensais por pessoa, com possibilidade entre os conselhos municipais, de alterar os níveis da renda mais altos, para diferentes grupos populacionais.

Para avaliar a possibilidade de inserção de uma RBU na Letônia, Judrupa e Romanovs (2020) utilizaram como base o cálculo do valor mínimo de subsistência mensal. Pela última vez que foi calculada, era de 253 euros por mês em 2013. Assim, os autores recalcularam os valores, atualizando para um período mais recente. Foi possível concluir que o valor mínimo de subsistência previsto para o ano de 2018 foi de 269 euros.

Considerando um dos fundamentos principais da RBU, ela é paga a todos universalmente. Assim, para essa pesquisa, o valor seria pago a todos os residentes da Letônia, tornando possível fazer o cálculo do dispêndio de recursos financeiros necessários para conceder o programa a toda a população. Os dados retirados pelos pesquisadores pelo Gabinete Central de Estatística da Letônia apontaram que a população total em 2018, consistia em 1.934.379 habitantes (JUDRUPA E ROMANOVS, 2020).

Ao considerar a aplicação da RBU em um mês, seria necessário desembolsar um montante de aproximadamente 520 milhões de euros, totalizando anualmente o valor de aproximadamente 6 bilhões e 200 milhões de euros.

Assumindo-se que a Renda Básica Universal na Letônia, substituiria integralmente o orçamento alusivo a assistência social do Governo, seria exigido um valor de 47,99% da despesa do orçamento geral referente a 2018. Considerando que as despesas sociais já apresentam um montante maior da participação orçamentai geral – em 2017, a segurança social representou 30,83% das despesas gerais (*Central Statistical Bureau 2019*) - segundo os autores, é possível concluir que o montante de RBU calculado, é inviável sem aumentar as

receitas, o *déficit* público, ou a redistribuição de dispêndios (JUDRUPA, ROMANOV, 2020).

Os pesquisadores apresentaram também alguns cenários, onde preteixa os possíveis impactos de implementar uma RBU na Letônia, considerando diversas opções de financiamento do programa social. Os autores utilizaram o estudo de efeitos macroeconômicos desenvolvido pelo *Roosevelt Institute*, como base para o desenvolvimento dos cenários para a implementação da RBU. O esquema está expressado na seguinte tabela:

Tabela 1 - Cenários para implementação da Renda Básica Universal

MODELO RBU	TIPO DE FINANCIAMENTO	
	Orçamento de proteção social + Déficit	Aumento de Imposto
Mínimo de Subsistência (269 euros)	Cenário 1	Cenário 4
Proteção Social Mesma quantidade para todos os habitantes	Cenário 2	Cenário 5
Proteção Social Quantidade diferente para crianças e adultos.	Cenário 3	Cenário 6

Fonte: Judrupa e Romanovs(2020).

Há três modelos de implementação da RBU, criados por Judrupa e Romanovs (2020), que podem auxiliar a determinar o impacto do programa na economia nacional. Considerando também que há duas formas de financiamento levadas em consideração, cria-se seis cenários distintos para desenvolver uma análise.

Os dois tipos de financiamento considerados são: orçamento de proteção existente e aumento de *déficit* quando necessário, e o segundo é um financiamento através do aumento da tributação. E os indicadores econômicos considerados pelos autores para esse estudo, correspondem ao crescimento do PIB, receita tributária em relação ao PIB, crescimento da receita tributária, dívida de Governo em relação ao PIB e a direção das mudanças no desemprego e inflação.

Após criar cenários com diferentes crescimentos do PIB, receitas tributárias, dívidas do governo e inflação, Judrupa e Romanovs (2020) realizaram uma análise das condições nas quais os cenários da implementação da RBU se encaixa, com os indicadores medidos. Foi possível concluir que apenas no Cenário 1, o crescimento do PIB é evidente. No cenário 2 e 3, o consumo geral familiar não aumenta, pois os pagamentos de transferências já

existentes, são utilizados no financiamento da RBU. No Cenário 5 e 6, a Renda Básica Universal é aplicada através da redistribuição do orçamento de proteção social existente. Nesse caso, as despesas orçamentárias atuais permanecem nos mesmos níveis, além de ser financiadas por aumento de impostos.

As variações na proporção da receita tributária em relação ao PIB, são apenas observadas nos Cenários 4, 5 e 6, pois a Renda Básica Universal é financiada através dos impostos. Nos cenários 1, 2 e 3, a receita em relação ao PIB permaneceu constante, obtendo o mesmo valor de 2018. Assim, o maior aumento de arrecadação tributária é visto no Cenário 4.

No caso da relação da dívida pública com o PIB, apenas o primeiro cenário apresenta *déficit* das administrações públicas, através do aumento da dívida externa. Isso representa 6,63% a mais do que o valor comparado com o período atual analisado, segundo os pesquisadores. Nos demais cenários, não há variação do indicador pois são financiadas por recursos existentes ou aumento de impostos.

O indicador da taxa de desemprego analisado, apresenta inalteração no Cenário 2 e 3. No Cenário 1, a taxa de desemprego pode diminuir na medida que o consumo total aumenta. Entretanto, pode alcançar um outro resultado se considerar que o indivíduo ao receber uma renda básica, poderia escolher não trabalhar, assim, aumentando o desemprego. Nos Cenários 4, 5 e 6 há um aumento da taxa de desemprego com a implementação da RBU (JUDRUPA E ROMANOV, 2020).

O último indicador analisado é a inflação. No Cenário 1, a inflação aumenta à medida que o consumo aumenta. Nos demais cenários, não há grandes mudanças pois não há aumento de consumo (JUDRUPA E ROMANOV, 2020).

Os pesquisadores Judrupa e Romanovs (2020), após analisarem os valores e indicadores calculados e as possíveis alterações no desenvolvimento econômico da Letônia, consideraram que não é possível implementar a RBU no país, porém esse programa estimularia o desenvolvimento econômico. A forma de financiamento é extremamente importante para analisar os possíveis impactos que a Renda Básica Universal pode proporcionar. O aumento mais significativo do PIB é observado no primeiro cenário, no qual é financiado através de um *déficit*.

Entretanto, os pesquisadores consideram que a pesquisa é de fato limitada, por não estimar outros indicadores que possam conter o crescimento do PIB. Além disso, veem o quão necessário é considerar os efeitos sociais que a RBU pode produzir na sociedade.

5.2 EXPERIMENTO REALIZADO EM MANITOBA, CANADÁ

Na década de 1970, entre o período de 1974 a 1979, foi realizado um experimento no qual o Governo canadense em parceria com a Província de Manitoba realizou um ensaio chamado de MINCOME (Experimento de Renda Básica Universal em Manitoba).

Esse projeto serviria como piloto para incrementar, juntamente com o seguro de saúde universal, um novo meio da sociedade canadense de contribuir com a tributação, além do aumento de benefícios e da renda. Entretanto, nos anos 70, diversas crises como os choques de petróleo e a estagflação, levaram diferentes governos ao poder, contribuindo para o encerramento do programa, sem a análise das pesquisas e estimações e a exclusão da ideia de RBU prevista inicialmente.

Em 2011, a economista Evelyn Forget encontrou os registros do programa MINCOME guardados na Universidade de Manitoba e os analisou (ARNOLD, 2018).

Inicialmente, Forget (2011) apresentou o contexto no qual o MINCOME ocorreu e como esse programa se deu na população de Manitoba. No dia 04 de julho de 1973, a cidade provincial e o Canadá assinaram formalmente um acordo para a implementação do projeto de Experimento de Renda Anual Básica, voltado para questões de financiamento conjunto e as jurisdições. Esse projeto, selecionou núcleos familiares de dois locais onde o experimento ocorreria: Winnipeg e a comunidade rural de Dauphin.

Segundo a pesquisadora, a amostra de Winnipeg foi projetada de forma a selecionar aleatoriamente os indivíduos e emparelhar com os controles correspondentes da mesma comunidade. Essa forma de organização, possibilitou analisar os impactos do imposto de renda negativo, (consiste em um imposto progressivo sobre a renda, no qual, pessoas de baixa renda receberiam pagamentos suplementares do governo, ao invés de pagar impostos) entre as famílias, além de possibilitar a análise do efeito do programa no esforço do trabalho.

O objetivo principal de Evelyn Forget (2011), era analisar o impacto que o MINCOME aplicaria no trabalho, assim, os indivíduos que possuíam alguma deficiência, os institucionalizados e os aposentados foram excluídos do experimento de Winnipeg. Os resultados analisados foram os seguintes: os empregados secundários e terciários apresentaram uma resposta modesta no mercado de trabalho, enquanto os empregados primários apresentaram uma resposta parcialmente invariável no número de horas trabalhadas após a inserção da Renda Anual Garantida.

A forma como a renda era distribuída, também variava dependendo do caso. Um núcleo familiar que não possuía qualquer renda de outras fontes, receberia 60% do limite de

baixa renda estimado pelo *Statistics Canada* (LICO), além desse valor variar dependendo do tamanho da família. Caso a família recebesse alguma renda de outras fontes, eram reduzidos da MINCOME, 50 centavos para cada 1 dólar recebido (FORGET, 2011).

Esse benefício proporcionado pela Renda Anual Garantida para uma cidade subordinada a agricultura, oferecia estabilidade e segurança, além de previsibilidade para as famílias, pelo fato de contar com algum apoio, independente se o cenário agrícola variasse, além de seguridade em relação a saúde, caso algum gasto fosse necessário (FORGET, 2011).

Segundo a economista, ao longo do experimento, o apoio político foi perdendo forças por dificuldades econômicas, sendo assim, o projeto foi modificado de duas formas: A pesquisa divergiu o foco inicial do trabalho, para questões administrativas, e o segundo ponto foi transformar o experimento em um “arquivo”, considerando que ele não seria analisado posteriormente, após a finalização. O projeto durou quatro anos, e apenas dois deles foram coletados os dados referentes ao experimento, no qual foi armazenado em um local não divulgado pelo Departamento Nacional de Saúde e Bem-Estar.

Para o caso da cidade de Dauphin, os dados também não eram facilmente acessíveis. Assim, a pesquisadora recorreu ao banco de dados de saúde populacional exclusivo mantido na província de Manitoba. A análise examinou a saúde em relação aos conceitos ligados a renda familiar média, distribuição de renda e incidência da pobreza.

Ao garantir a seguridade da renda para as famílias, sem considerar a condição de estar empregado ou não, contribui para que os indivíduos possam planejar-se a um longo prazo, proporcionando mais condições para escolher em quê, querem dispende seus recursos (FORGET, 2011).

Um dos efeitos que a pesquisadora supôs que iria ocorrer, era que mais adolescentes (especialmente do sexo masculino) pudessem avançar os estudos no ensino médio, para além da idade obrigatória.

O dinheiro da renda MINCOME começou a circular entre 1974 a 1978. Assim, durante o período do experimento, os estudantes de Dauphin na 11ª série, pareciam, segundo a autora, mais propensos a continuar os estudos, seguindo para a 12ª série do que seus colegas rurais e urbanos, comparados ao período anterior e posterior da vigência do projeto. Esses dados são embasados por matrículas agregadas disponibilizadas pelo Departamento de Educação (FORGET, 2011).

Vale acrescentar que apenas cerca de um terço das famílias estavam disponíveis para receber as bolsas do projeto, devido a forma como o pagamento era realizado. Assim, o

questionamento mais importante fica a respeito de qual razão, a resposta educacional ficou tão evidente em dados agregados?

Segundo a economista, a resposta se divide em dois possíveis fatores: Primeiro, as famílias de alta renda que já introduziram seus filhos na escola, continuaram com o seu caminho e se formariam. No caso das famílias de alunos de baixa renda, com risco de abandonar o ensino médio mais cedo, teriam recebido o benefício ou acreditavam que estariam aptos a receber o benefício. O segundo fator, diz respeito a uma possível ação de um multiplicador social. Os jovens considerariam se continuavam a jornada escolar baseado no recebimento da MINCOME de forma antecipada, ou analisariam se seus amigos iriam continuar os estudos, assim, estimularia a decisão de continuar também.

A autora analisou separações hospitalares de todas as causas; separações hospitalares de acidentes e lesões; separações hospitalares de saúde mental não congênita; e visitas médicas. Como resultado, concluiu que antes do início do projeto de Renda Anual Garantida em 1974, a taxa de hospitalização em Dauphin era expressivamente maior que o grupo de comparação. A diferença entre os dois grupos surge, a partir da introdução do MINCOME e o fluxo de dinheiro recebido começou a circular. Ao fim do ano de 1978, essa diferença ficou insignificativa entre os habitantes da Dauphin e do grupo de controle.

Um dos pontos esperados, era que “acidentes e lesões” fossem sensíveis à seguridade de renda. A pesquisadora descobriu que esse fator está relacionado ao status socioeconômico no passado, ao considerar que se relaciona ao estresse, podendo ser induzido ao possuir uma insegurança da renda. Os dados analisados apresentaram o mesmo comportamento: na década de 1970, a taxa era significativamente maior em comparação com o grupo de controle, mas, a partir da introdução do MINCOME, essa diferença diminuiu seguindo até o final, onde não há uma diferença significativa nas amostras comparadas (FORGET, 2011).

Outro ponto analisado, foi em relação a separações hospitalares de “saúde mental”. Para essa análise, foram filtrados os casos de hospitalização não congênitos como transtornos de ansiedade, depressão clínica, transtornos de personalidade, entre outros.

Da mesma forma, o comportamento se repete. No início da introdução do MINCOME, há uma taxa maior de hospitalizações comparado com o grupo de controle, que ao longo do período vai diminuindo até desaparecer ao final do programa (FORGET, 2011).

O comportamento das reivindicações médicas gerais também segue um padrão semelhante às hospitalizações por “acidentes e lesões” e “saúde mental”.

Após o final dessa análise, Forget (2011) concluiu que esse experimento serviu como o único local de saturação nos cinco experimentos de campo de Imposto de Renda Negativo da América do Norte na década de 1970. Foi descoberto pela economista, que as hospitalizações em geral diminuíram para indivíduos que utilizavam o benefício do MINCOME em relação aos grupos de controle e o aumento de participação escolar para os jovens, na cidade de Dauphin.

A grande surpresa se deu pelo grande impacto que foi observado nas análises, considerando que apenas cerca de um terço das famílias estavam aptas a receber a Renda Anual Garantida (RAG), além de possivelmente receberem quantias pequenas. Assim, a autora constata que uma RAG amplamente difundida na sociedade, pode melhorar os resultados sociais de saúde no nível da sociedade em questão. (FORGET, 2011).

A economista apresentou que as taxas de hospitalização caíram aproximadamente 8,5% em Dauphin relacionado ao grupo de comparação. Além disso, em 1978, o Governo Canadense gastou em média, US\$ 7,5 bilhões em dispêndios hospitalares. No ano de 2010, esse valor foi de US\$ 55 bilhões. Assim Forget ressalta que é necessário considerar uma RAG, ao comparar os gastos com questões hospitalares.

5.3. PROPOSTA BRASILEIRA

Para completar a seleção de estudos de caso, o Brasil também entra na lista de uma nação onde uma análise de aplicação de RBU foi considerada. O país foi o primeiro território no mundo a aprovar uma lei de instituição da Renda Básica de Cidadania, formulada pelo então senador Eduardo Matarazzo Suplicy, no qual consistia em um projeto de lei para aplicar o Programa de Renda Mínima Garantida, financiado por um imposto de renda negativo, em abril de 1991. O senado aprovou a proposta do senador no mesmo ano, e a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados apresentou um juízo favorável do projeto (SUPLICY e DALLARI, 2020).

A partir da introdução desse assunto na pauta política do país, outros projetos e propostas voltados principalmente para pessoas de baixa renda foram adotados. Em 1997, no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi apresentada e aprovada uma lei, no qual o Governo iria subsidiar 50% dos gastos dos municípios que adotassem essas iniciativas sociais (SUPLICY e DALLARI, 2020).

Em 2001, o financiamento da União passou a 100%. Além disso, no mesmo ano, outro projeto de lei foi aprovado, a fim de abranger famílias em situação de pobreza, que

garantia uma renda mínima, considerando que os filhos dos possíveis beneficiários do programa tomassem as vacinas necessárias inseridas no calendário do Ministério da Saúde. O programa foi chamado de Bolsa Alimentação (SUPLICY e DALLARI, 2020).

No primeiro mandato de Luiz Inácio da Silva, em 2003, foi proposto um novo programa chamado Fome Zero, no qual eram distribuídos a famílias menos abastadas, um cartão com o valor de R\$50,00, somente podendo ser gasto com comida. No mesmo ano, porém, o Presidente Lula decidiu unificar os programas sociais para pessoas de baixa renda em um só, e foi chamado de Bolsa Família. Esse programa, segundo Suplicy e Dallari (2020), foi de 3,5 milhões de famílias atendidas no início, para 14,2 milhões de famílias em 2014, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

De acordo com Suplicy e Dallari (2020), no ano de 2020, as famílias que recebiam uma renda *per capita* de até R\$178,00 mensal, estavam aptas a receber uma renda complementar a partir de R\$89,00, se a renda *per capita* familiar for de até R\$89,00. Além disso, a família poderá receber mais R\$41,00 para cada filho com idade entre 15 anos a 11 meses (até cinco filhos). Mais R\$ para um ou dois adolescentes com idades entre 16 a 18 anos.

No caso de a mulher estar grávida, ela deve passar por exames de saúde nas unidades oficiais até o nascimento do bebê, assim, garante o direito de receber R\$41,00 para o bebê, até o final da gestação. Há condições necessárias para que haja a garantia do benefício: os pais devem levar seus filhos de até seis anos para tomarem as vacinas previstas no calendário do Ministério de Saúde; além disso, as crianças entre 15 a 7 anos devem comparecer na escola com uma frequência de no mínimo 85% e os adolescentes necessariamente precisam frequentar a escola em uma taxa de pelo menos 75% (SUPLICY e DALLARI, 2020).

Os autores concluem que, caso todas as famílias fossem realmente beneficiárias do Programa Bolsa Família, o Brasil possuiria uma renda mínima garantida de R\$89,00.

5.3.1 Programa de Garantia de Renda Mínima de 1991

O Programa de Garantia de Renda Mínima (PGPM) aprovado em 1991 pelo então Senador Federal, Eduardo Suplicy, conta a seguir, com os principais pontos do projeto de lei:

1. O PGRM foi definido como um Imposto de Renda Negativo que beneficiaria todas as pessoas, residentes do país e maiores de 25 anos, que auferissem menos de 45 mil cruzeiros da época (em torno de 45 dólares). Esse valor

seria corrigido nos meses de maio e novembro de cada ano ou toda a vez que a inflação acumulada atingisse 30%. Anualmente, no mês de maio, além da correção dos valores nominais em função da inflação passada, haveria um acréscimo real da mesma magnitude da variação do PIB por habitante do ano anterior.

2. A completação monetária para cada indivíduo não corresponderá à totalidade do mínimo estabelecido, mas apenas 30% da diferença entre o rendimento auferido a esse patamar mínimo. Esse mecanismo, inspirado nas propostas acadêmicas de IRN, permite que se conserve uma motivação monetária ao trabalho: assim, não são válidas as críticas que supõem que o PGRM induzirá uma saída generalizada do mercado de trabalho.

3. No projeto aprovado pelo Senado, prevê-se uma implementação gradual do PGRM, começando pelas pessoas de mais de 60 (em 1995) e finalizando no ano de 2002, quando se atingiria todo o universo previsto (todos os indivíduos maiores de 25 anos).

4. Os recursos do PGRM terão como origem o orçamento da União, e o projeto prevê que, paralelamente a sua implementação, deverão ser desativados os programas e entidades associadas à União destinados à área social, com a substituição das políticas sociais tradicionais por uma compensação monetária. O processo contempla, porém, um limite a ser alocado ao PGRM: os recursos não poderão exceder 3,5% do PIB (RAMOS, 1994,8-9)

Segundo Ramos (1994), há três argumentações no qual a aplicação de um PGRM pode ser justificada. A primeira, diz respeito às práticas políticas que utilizam as políticas públicas para benefícios próprios ou partidários, ao instituir uma renda mínima garantida, poderia modificar esse comportamento dando mais espaço à democracia e ao bem-estar social.

O segundo ponto refere-se à segmentação histórica do trabalho, especialmente no Brasil. O mercado informal se tornou um refúgio para as famílias brasileiras obterem seus meios de subsistência, entretanto, são excluídos dos direitos que o mercado formal proporciona para os trabalhadores. Ao inserir a renda mínima, essas pessoas mais prejudicadas do mercado informal, poderiam amenizar a falta de cobertura e benefícios sociais no qual são desprovidos. A terceira situação consiste que a PGRM poderia melhorar a questão de distribuição de renda no país (RAMOS, 1994).

Entretanto, a proposta do Senador apresenta limitações ao considerar a aplicação do projeto no contexto ao qual o Brasil se encontrava. De acordo com Ramos (1994), em um país com aproximadamente 50% da população economicamente ativa se apresenta no mercado informal, como seria possível fiscalizar as demandas das declarações de rendimentos pedidas

pelo projeto, das pessoas desempregadas e empregadas? Considerando que ao adentrar ao mercado informal, não há comprovação legal para justificar a ocupação, assim, o indivíduo pode ser considerado desempregado.

Ele também expõe a questão da impossibilidade de fiscalizar mensalmente da declaração de nível de renda, considerando que não há estrutura capaz de aplicar esse tipo de análise. Além disso, foi exposto no projeto de lei, que o financiamento se daria através da desativação de programas de políticas sociais compensatórias, porém não havia certeza se tais entidades poderiam ser realmente desativadas e poderia fornecer recursos satisfatórios o suficiente (RAMOS, 1994).

5.3.2 Programa de Garantia de Renda Mínima de 2001

Em 2001, Eduardo Suplicy apresentou um novo projeto de lei para aplicação de uma Renda Básica do Cidadão para todos os residentes do Brasil, abrangendo estrangeiros que possuíam residência de cinco anos ou mais. O valor seria suficiente para que pudesse englobar as necessidades básicas do indivíduo de forma incondicional. O Congresso Nacional homologou o projeto, e o Presidente Lula validou no início de 2004.

De acordo com Renato Araújo Travassos Faria (2002), A principal diferença entre os projetos de 1991 e de 2001 do Senador, foi apresentar o conceito de renda básica incondicional, no qual instituía a renda de cidadania a todos os cidadãos residentes no país e aos estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos, a partir de 2005. Além disso, devia-se levar em grande consideração a restrição orçamentária, no qual deveria ser acompanhada atentamente e acatando as normas institucionais em vigor relacionado as diretrizes orçamentárias e à responsabilidade fiscal.

Outro ponto que difere a proposta inicial de 1991, está relacionada a distribuição do subsídio, de modo que o poder Executivo poderá agir por conveniência ou oportunidade em relação ao pagamento mensal ou anual (FARIA, 2002).

5.3.3 Caso de Maricá

No ano de 2015, na cidade de Maricá, litoral do Rio de Janeiro, o prefeito Washington Quaquá aprovou na Câmara dos Deputados uma lei para introdução da Renda Básica do Cidadão de forma gradativa. Os habitantes recebem uma moeda chamada mumbuca, que equivale a moeda brasileira (real). Em 2016, 14.000 famílias mais pobres

receberam equivalente a 95 mumbucas (10 mumbucas por mês, somadas às 85 mumbucas do Programa de Renda Mínima). Em 2017, foram somadas 20 mumbucas às 110 já pagas as 14.000 famílias. Em 2019, foram pagas 130 mumbucas a um terço da população (50.000), os quais, as famílias estavam inscritas no Cadastro Único de Famílias. E para 2021, todos os habitantes receberiam o benefício do programa (SUPLICY e DALLARI, 2020).

Os comerciantes de Maricá aceitam os pagamentos em mumbuca, onde o dinheiro eletrônico é disponibilizado em um cartão magnético. Foi criado também o Banco Comunitário Mumbuca para conceder microcrédito a juros zero, especialmente para fins habitacionais. Além disso, a cidade é a única do país a oferecer transporte público sem cobrar tarifa para 14 linhas da área urbana. Além de oferecer passe para mais de 4.000 alunos que frequentam universidades em diferentes cidades (SUPLICY e DALLARI, 2020).

Por conta desse programa e diversos outros programas com fins sociais, a cidade de Maricá criou mais de 500 oportunidades de emprego em 2018. Outro ponto a ser considerado por esse município constitui que a receita arrecadada é maior, devido aos *Royalties* recebidos pela exploração de petróleo em frente ao litoral, pela Petrobrás (SUPLICY e DALLARI, 2020). O programa de renda básico de Maricá é financiado fora do orçamento da cidade, especialmente a partir dos *royalties*, significando que há um fluxo de financiamento estável, sem depender de impostos para que o programa seja financiado (MATTHEWS, 2019).

Assim, a receita anual *per capita* de Maricá é de R\$ 16.665,00. Se comparado com a cidade mais populosa do país, São Paulo, esse valor é três vezes maior, considerando que a receita *per capita* dessa última é de R\$5.041,00 (SUPLICY e DALLARI, 2020).

A Renda Básica Universal, como forma de política pública de transferência de renda para a população, retornou ao palco de um grande debate no país, após a inserção do auxílio emergencial executado pelo Governo Federal durante a pandemia da COVID-19 (AMARAL, 2022).

Segundo o pesquisador Vinícius Amaral (2022), a pandemia do Coronavírus intensificou a crise socioeconômica no Brasil, realçando a incapacidade do atual sistema de proteção social brasileiro, principalmente por não abranger o grande contingente de trabalhadores informais e autônomos. Para que essa parcela da população não ficasse desamparada no contexto da pandemia, o Governo Federal adotou o auxílio emergencial, no qual se mostrou eficaz ao apresentar resultados expressivos na diminuição da pobreza e desigualdades no Brasil.

Voltando ao caso de Maricá, a pandemia afligiu a cidade com menos intensidade, do ponto de vista de preparação, em relação a todo o país. Ao considerar o programa de

transferência de renda já em execução, a prefeitura de Maricá conseguiu aumentar rapidamente o benefício para 300 mumbucas (equivalente a R\$300) por pessoa e a adiantar um bônus especial de fim de ano previsto para o mês de dezembro. Enquanto isso, o serviço de emergência do Governo Federal para responder aos problemas causados pela pandemia, estava cercado de problemas e atrasos (REINA E TORNAGHI, 2020).

Fábio Waltenberg, professor de Economia da Universidade Federal de Fluminense, que coordena um projeto de pesquisa da Renda Básica Cidadã de Maricá, afirmou que com a crise difundida pela Pandemia do COVID-19, foi possível observar a vantagem da estrutura do programa de renda mínima de Maricá. Vale lembrar que a RBC não tem caráter universal ainda, assim, o professor ressalta que o governo municipal precisou lutar para oferecer ajuda aos demais moradores, além dos 42.000 beneficiários da mumbuca (REINA E TORNAGHI, 2020).

Além disso, há uma proposta em discussão de Emenda à Constituição (PEC 29/20) no Senado Federal, no qual transforma a renda básica em um direito social para o cidadão. A proposta é conceder a todo cidadão em situação de vulnerabilidade garantia de um direito de renda mínima pelo Estado (MACHADO, 2022).

Ademais, a PEC determina que as regulações e imposições para acesso do benefício, serão regularizadas futuramente em lei. A implementação, também poderá ser feita por etapas, podendo priorizar os indivíduos que se encontram em vulnerabilidade de rendimentos (MACHADO, 2022).

Segundo Ralph Machado (2022) em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Poder Executivo deverá implementar em 2022, de acordo com a Lei Suplicy (refere-se a lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, no qual prevê a instituição da renda básica de cidadania), o programa de renda básica de cidadania para as pessoas que se encontram em situação de pobreza, e extrema pobreza, que possuem rendimento *per capita* inferior a R\$ 89 e R\$ 178, respectivamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os estudos relacionados à Renda Básica Universal e suas respectivas aplicações na sociedade através dos estudos de casos retratados nas seções anteriores, foi possível observar que o programa auxilia nas condições de vida dos beneficiários e pode apresentar transbordamentos, influenciando no desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade.

No caso da Letônia, a simulação criada, previa crescimento econômico no Cenário 1, onde o programa era financiado por um orçamento de proteção social e aumento do *déficit*. Nesse cenário, os pesquisadores previram que seria possível observar um crescimento do PIB, além de diminuição do desemprego, de modo que o consumo aumentasse.

Entretanto, mesmo que a proposta estimulasse o crescimento econômico, dada as condições encontradas no país no momento da pesquisa, seria improvável que essa política pudesse ser implantada. Um único cenário da proposta de RBU, foi concebida como benéfica para o crescimento econômico, porém, irreal de se alcançar, além da pesquisa apresentar limitações ao não expor os impactos sociais que a RBU poderia proporcionar nessa sociedade, segundo os próprios pesquisadores.

Para o estudo de caso de Manitoba, no Canadá, o foco central se deu na província de Dauphin, onde a pesquisa examinou impactos na saúde e na educação, aumento na propensão a continuidade dos estudos entre os homens e diminuição de taxa de hospitalização tanto relacionadas a acidentes e lesões como à saúde mental. A principal surpresa relatada pela autora é que, apesar de apenas um terço das famílias terem recebido o benefício, ainda assim foram percebidos grandes impactos em questões sociais para a província de Dauphin.

A última proposta apresentada foi o caso brasileiro, liderada por Eduardo Suplicy nos anos de 1991 e 2001. Ambos os projetos de lei foram aprovados, porém não foram implementados. Ainda assim, a inserção da discussão possibilitou a abertura para conceber iniciativas sociais.

Neste sentido, em 2001, foi implantado o programa Bolsa Alimentação. Com a ascensão do Governo Lula, foi implementado o programa Fome Zero em 2003, e mais tarde neste mesmo ano, os programas sociais foram unificados em um só, no chamado Bolsa Família. Até o ano de 2014, no Governo Dilma Rousseff, aproximadamente 14 milhões de famílias eram atendidas pelo programa social. Estes programas não são universais e são transferências condicionadas de renda, o que os diferenciam da Renda Básica Universal.

Um caso bem específico ocorreu na cidade de Maricá no Rio de Janeiro, onde foi aprovada a introdução da Renda Básica do Cidadão de forma gradativa. Um dos grandes benefícios apresentados por essa política para a população da cidade, foi que Maricá apresentou em média 4859 empregos formais a mais, com a inserção dessa política pública em conjunto com outros programas auxiliares.

Dessa forma, foi possível avaliar um efeito positivo após executar esse tipo de política sobre o número de trabalhadores empregados na área formal do mercado na cidade. Considerando que no final de 2019, aproximadamente 9.200 empregos foram criados a mais por conta da aplicação do Programa de Renda Básica do Cidadão.

De forma abrangente, pode-se observar que os estudos de implementação dessa política, ou no caso de Manitoba, onde foi executado o experimento por quatro anos, rendeu diversos benefícios indiretos e externalidades, como foi o caso de diminuição de hospitalizações, melhoria do bem estar mental dos indivíduos, contribuindo assim com a diminuição de gastos no setor da saúde pública. Assim, ao aplicar um programa de renda básica universal, a saúde da população poderia ser melhorada. Essa afirmação corrobora com o estudo observado no Canadá.

Outro ponto observado, recorre-se a melhoria de geração de empregos formais observados em Maricá. Deste modo, ao introduzir o sistema de RBU em uma sociedade, as condições e ofertas de trabalho poderiam melhorar, além do indivíduo possuir melhor poder de barganha com seu empregador.

A escolaridade, também foi levada em consideração, compondo mais um setor que a RBU poderia afetar positivamente. Esse ponto foi observado em Manitoba, no qual ocorreu um aumento da participação dos jovens e adolescentes no período pós obrigatório da escolaridade. Entretanto, um dos grandes problemas enfrentados ao defender a prática dessas políticas assistenciais, se dá por questões relacionadas ao financiamento desses programas.

Grande parte das políticas com enfoque social apresentam dificuldades conceituais, práticas e financeira, envolvendo dificuldades na identificação e registro de potenciais beneficiários, além de proporcionar potenciais efeitos colaterais em políticas mal executadas, como armadilhas da pobreza, do desemprego e da informalidade. Contam também com ineficiências horizontais (no qual, nem todos os pobres são beneficiados) e ineficiências verticais (em que pessoas que não necessitam da ajuda, acabam beneficiadas). Essas situações tendem a se intensificar ainda mais em momentos de crise (SILVA et al., 2020).

Além disso, grande parte dos benefícios observados através da RBU possui uma tendência social, sem grandes impactos econômicos observados em um curto prazo, ainda que

eles existam (vale citar que as contribuições para saúde, educação e emprego também apresentam impactos econômicos, visto que para que funcionem da melhor forma, é necessário investir. Desta forma, ao aplicar uma política pública que contribui para melhorar essas instituições, tanto a sociedade, quanto o Governo são beneficiados, considerando que investimento para certos custos que teriam a mais, sem a implementação da política social, poderá ser aproveitada de outra forma). O governo, e até mesmo a sociedade ficam receosos em dispender um grande volume de financiamento, normalmente obtido através de taxaço pelo imposto de renda negativo, num programa que não mostra grandes alterações no PIB, por exemplo.

Segundo Mirandola Bichir (2021), os obstáculos presentes no Brasil, vão além de contas públicas em crise, mas também se instalam na falta de interesse continuado pelos políticos que ocupam o poder. Além disso, há também uma certa resistência de parcelas da população a programas com caráter assistencialistas, sobre os quais se têm a visão de que esses tipos de mecanismos de transferência de renda são de certa forma, recursos eleitorais por parte dos políticos em busca de apoio político.

Tomaszewski (2021) menciona a ligação entre o comportamento cooperativo (social) e o comportamento egoísta. No qual o primeiro se sobressai a questões de sobrevivência, e o segundo expressa a necessidade de autopreservação.

Bichir aponta:

A grande questão é que não podemos ter só transferência de renda, mas, em um país extremamente desigual como o Brasil, isso é extremamente importante, ainda que na nossa sociedade conservadora isso seja visto de um ponto de vista bastante estigmatizado e simplista. Eu acho que esse debate mal colocado se associa inclusive com a baixa qualidade do nosso debate público sobre políticas públicas (DERVICHE, 2021).

Dessa forma, é importante reconhecer a necessidade de políticas sociais para promover o desenvolvimento social, tanto quanto o desenvolvimento econômico. Assim, faz-se necessário admitir que uma política de implementação de uma Renda Básica Universal requer disposição social.

Ao reconhecer a obrigação social, como instrumento de desenvolvimento de bem estar social coletivo que visa melhorar as condições desiguais enfrentadas na sociedade contemporânea pode-se dizer que a Renda Básica Social está intrinsecamente relacionada a um sentimento cooperativo.

É importante destacar, que essa relação não impossibilita a eficiência da política, pois, como destacado nas seções iniciais, a cooperação faz parte da natureza humana.

Pesquisadores apresentaram descobertas da economia comportamental que apontam que não apenas fatores monetários influenciam nas decisões dos indivíduos. Ou seja, a concepção da economia clássica de que os indivíduos têm apenas por objetivo maximizar as suas próprias utilidades sem considerar a utilidade alheia é uma ideia que não resume totalmente as motivações humanas.

Ainda assim, pode-se considerar o apoio da adesão de uma RBU por motivos auto interessados é possível. É importante ressaltar que a cooperação e o egoísmo andam lado a lado, e estão ligadas intrinsecamente. Ou seja, mesmo que uma atitude cooperativa seja tomada, pode sim, haver algum tipo de interesse próprio por trás da decisão.

Os debates e ensaios a respeito dessa questão reforçam a necessidade de uma atitude cooperativa, mesmo ainda que haja intenções de auto interesse, para que exista apoio à incorporação da RBU na sociedade. É necessário o reconhecimento da necessidade de uma política para combater as desigualdades sociais para que se legitime estratégias de melhoria das condições de vida dos mais necessitados. A questão se torna urgente ao se levar em conta um mundo onde diversas crises assolam e prejudicam a humanidade, especialmente aqueles em condições mais vulneráveis. É fundamental aprofundar ainda mais esse debate, o que envolve pesquisas a respeito da Renda Básica Universal, para que melhor se desenhe e se concretize ações para mudar a dura realidade desse mundo desigual.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, H.; AGARWAL, R. **First Industrial Revolution and Second Industrial Revolution: Technological Differences and the Differences in Banking and Financing of the Firms**. Saudi Journal of Humanities and Social Sciences, Vol-2. Dubai, United Arab Emirates. 2017
- AMARAL, V. **A viabilidade de uma renda básica universal no Brasil**. Nexo Jornal, Acadêmico. 28 de abril de 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/academico/2022/04/28/A-viabilidade-de-uma-renda-b%C3%AAsica-universal-no-Brasil>>
- APICELLA, C. L.; SILK, J. B. **The evolution of human cooperation**. Elsevier Ltd. S.I. 2019.
- ARNOLD, C. **The Anti-Poverty Experiment**. Nature, vol 557. Macmillan Publishers Limited. S.I. 2018
- BIDADANURE, J. U. **The political theory of universal basic income**. Annual Review of Political Science. S.I. 2019
- CHAHAD, J. P. Z. **Renda básica universal em tempos de pandemia: subsídios para o debate**. *Rev. C&Trópico*, vol. 44, n. 2. Recife, 2020.
- DARWIN, C. **The descent of man**. 1871
- FARIA, R. A. T. **Programa geral de renda mínima: uma avaliação dos projetos do senador Eduardo Suplicy**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. Rio de Janeiro. 2002.
- FORGET, E. L. **The town with no poverty: the health effects of a Canadian guaranteed annual income field experiment**. *Canadian Public Policy – Analyse de Politiques*, vol.37, n. 3. Canadá. 2011.
- FRANK, R. H.; GILOVICH, T.; REGAN, D. T. **Does studying economics inhibit cooperation?** *Journal of Economic Perspectives*, vol.7, n.2. S.I. 1993.
- JUDRUPA, I.; ROMANOV, A. **Sustainable public finances - impact of universal basic income on economy: case study of Latvia**. IEOM Society International. Detroit, Michigan. 2020.
- LEAL, V. A. S. et al. **O papel da técnica na produção do capitalismo: uma análise do desenvolvimento histórico da I Revolução Industrial**. *Revista Binacional Brasil Argentina (RBBA)*. V.6 nº 1. Vitória da Conquista. 2017
- LEVITT, S. D.; LIST, J.A. **What do laboratory experiments measuring social preferences reveal about the real world?** *Journal of Economic Perspectives*, vol. 21, n. 2. S.I. 2007.
- LIMA, J. R; PERO, V. L. **Efeitos de transferências de renda sobre o emprego formal em Maricá**. ANPEC. 2020
- MATTHEWS, D. **More than 50.000 people are set to get a basic income in a Brazilian city**. *Vox*. 30 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.vox.com/future-perfect/2019/10/30/20938236/basicincomebrazilmaricasuplicyworkersparty?fbclid=IwAR2L5mKB5bvhUn3feTGYYMmFysPYrnLr1KGiPMG0GU8e_aWGq91npm5NTSKY>
- PADRE, D. A. V. **Os prós e os contras da renda básica universal**. *Boletim – Economia Empírica*, vol.2 n.10. IDP. S.I. 2021.
- POLOWCZYK, J. **A synthesis of evolutionary and behavioral economics**. *Economics and Business Review*, Vol. 7 (21), n.3. Polonia. 2021.
- RAMOS, C. A. **O programa de Garantia de Renda Mínima**. Texto para discussão n. 357, IPEA. Brasília. 1994

REINA, M.; TORNAGHI, C. **The Brazilian town (quietly) experimenting with basic income.** *Americas Quarterly, Finance.* 2020.

ROWTHORN, R.E.; GUZMÁN, R.A.; RODRÍGUEZ-SICKERT, C. **Theories of the evolution of cooperative behavior: A critical survey plus some new results.** MAPRA, paper n. 12.574. S.I. 2009.

TOMASZEWSKI, M. **Egoism and cooperation in economic development – a historical approach.** *Economic Research-Ekonomska Istraživanja.* Informa UK Limited. S.I. 2021.

SILVA, J. L. da, et al. **Políticas Socioeconômicas de Reação à crise da COVID-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro.** *Economia Solidária e Políticas Públicas, Repositório IPEA.* 2020.

SUPLICY, E. M.; DALLARI, M. **Citizen's basic income and Kenya.** *Revista de Economia Política,* vol. 40, n. 3. S.I. 2020.

SMITH, A. **Wealth of nations.** Penguin Books. 2011.

THOMPSON, M. **Universal basic income as emergency measure and enduring reform.** *Heseltine Institute Working Paper.* University of Liverpool. 2020.

THOMPSON, M. **Money for everything? Universal basic income crises.** *Economy and Society.* Informa UK Limited. S.I. 2022.

TOMASELLO, M. et. al. **Two key steps in the evolution of human cooperation: The interdependence hypothesis.** *Current Anthropology,* vol. 53, n. 6. The University of Chicago Press, S.I. 2012.

VAN PARIJIS, P. **Why surfers should be fed: the liberal case for an unconditional basic income.** *Revista Brasileira de Ciência Política,* n. 15. Brasília. 2014.

WITT, U. **Evolutionary economics. Papers on Economics and Evolution,** n. 605. Max Planck Institute of Economics. Jena, Alemanha. 2006.